Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2023-03-22	
O Secretário da Mesa	
Lina Lopes (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Lina Lopes (Assinatura Qualificada) Date: 2023.03.22 16:05:09 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1350 / XV (1 .ª)

Assunto: Sobrelotação crónica do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada e recusa de pagamento à Força Aérea para transferência de reclusos

Destinatário: Ministra da Justiça

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A sobrelotação crónica do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada é uma situação há já muito tempo conhecida e inconcebível, tendo já sido alvo de denúncia pela falta de condições de higiene e dignidade, cuja solução se arrasta há mais de vinte anos.

O Diretor-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais reconheceu que a cadeia de Ponta Delgada "é claramente um sítio em que ninguém devia estar preso", uma vez que se trata de "uma estrutura do século XIX, que não serve para prisão".

Neste momento, este estabelecimento prisional conta com um total de 186 reclusos, quando a sua lotação é de 120 reclusos.

Segundo fonte sindical dos guardas prisionais do estabelecimento prisional, mais de 40 reclusos encontram-se numa camarata, que nem devia existir por falta de condições.

Esta situação revela um quadro de sobrelotação grave, que coloca em causa a dignidade humana, constituindo uma violação de direitos fundamentais, e que foi inclusivamente denunciado em fevereiro deste ano pelo Sindicato Nacional do Corpo de Guardas Prisionais.

Foi, também, tornado público que o Governo da República se recusa a pagar o valor de 40 mil euros à Força Aérea Portuguesa para o transporte dos reclusos para outros estabelecimentos prisionais, uma decisão incompreensível considerando a atual inexistência de soluções condignas

Em setembro do ano passado, após uma visita ao estabelecimento prisional de Ponta Delgada, a Ministra da Justiça, admitiu que o atual estabelecimento "precisa de mudanças" e que "ninguém pode ficar satisfeito com o que encontra nesta cadeia", no entanto, após seis meses estamos novamente perante uma situação intolerável e com o Governo da República a recusar o pagamento para a transferência de reclusos.

Na altura, a Ministra da Justiça afirmou que “a construção de uma cadeia em São Miguel é uma prioridade”, no entanto desconhece-se quando será lançado novo concurso para o projeto do estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

Por sua vez, a atual infraestrutura só acolhe homens, o que faz com que a deslocação das mulheres prisioneiras para fora da ilha constitua uma injustiça com impacto nas vidas das reclusas e dos seus familiares, que ficam assim privados do contacto presencial, fundamental para a saúde mental.

Considerando que aquando da visita da Ministra da Justiça foi avançado que seriam realizadas obras na cadeia de Ponta Delgada, no valor de 100 mil euros, com um prazo de execução inferior a um ano.

Considerando que quando questionada sobre o prazo para o término das deslocações das reclusas para fora da ilha, a Ministra afirmou que terminaria “a breve prazo, após a conclusão destas obras”.

Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Justiça, as seguintes perguntas:

1. Qual ou quais os motivos para que o Governo da República recuse o pagamento de 40 mil euros à Força Aérea Portuguesa para transportar reclusos para outros estabelecimentos prisionais?
2. Que medidas serão tomadas para resolver o problema de sobrelotação crónica existente no atual estabelecimento prisional de Ponta Delgada?
3. Como pondera o Ministério da Justiça atuar perante a morosidade na construção do novo estabelecimento prisional atendendo a que o problema da sobrelotação crónica tem vindo a agravar-se e que é uma prioridade a sua construção?
4. Quando será lançado novo concurso para o projeto do estabelecimento prisional de Ponta Delgada?
5. Foram iniciadas as obras previstas na cadeia de Ponta Delgada, no valor de 100 mil euros? Para quando se prevê a sua conclusão?
6. Qual o prazo definido para o término das deslocações das reclusas para fora da ilha de São Miguel?

Palácio de São Bento, 21 de março de 2023

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.